

Metamorfoses na formação de professores de Educação Física

José Gregório Viegas Brás*

Muitos são aqueles que, formados nas limitações da redutora educação escolástica, apenas conseguem vêr o professor de Educação Física como um operário de fato macaco (o dito fato de treino) atarefado no seu papel marginal de «bate-chapas» do Sistema de Ensino, como se o nível da sua intervenção se circunscrevesse a tratar da forma (carcaça), ficando os conteúdos (formação intelectual) para os professores do colarinho branco.

Esta posição dicotómica preconceituosa, baseada no pressuposto de uma falsa e ridícula diferenciação, tem por consequência desvalorizar o contributo da Educação Física para a formação da pessoa e banalizar também a importância da formação científica e pedagógica dos professores nesta área do conhecimento. Lamentavelmente esta linha de pensamento que foi (e continua a ser) bastante marcante na nossa história, inviabiliza o reconhecimento do potencial educativo da Educação Física e a necessidade de se realizar também nesta área, uma formação compatível com o nível de complexidade da profissão. Muitos «bem pensantes» não conseguem perceber a dimensão da dificuldade que existe em formar um professor de Educação Física e, por isso, qualquer exigência que se possa fazer, é considerada uma estranha reivindicação marciana.

Ser professor de Educação Física não é apenas ser professor como qualquer outro, é também, e para além disso, ser vítima da ignorância, discriminação e injustiça. Ser professor de Educação Física é ser diferente, não tanto pelo conhecimento, pois todos comungam de particularidades específicas das áreas a que pertencem, mas fundamentalmente

* Vogal da Direcção da SPEF, Assistente no Curso de Licenciatura em Educação Física e Desporto da ULHT.

Boletim SPEF, n.º 14 Outono de 1996, pp. 47-54.

pelo trajecto histórico. Ser professor de Educação Física é evocar um passado de luta pela construção (e afirmação...) de uma área de conhecimento, é herdar o desconforto social e a longa caminhada que ainda é preciso percorrer mas que muitos não resistem porque não foram ensinados para estes confrontos.

E sobre isto não pode haver dúvidas. Qualquer instituição de formação que negligencie a herança legada e a complexidade da realidade social do exercício profissional, comete uma operação duplamente suicida. A si própria porque aniquila os seus propósitos. Ao futuro profissional porque não lhe dá meios de poder sobreviver num contexto bastante agreste.

Como diz o poeta António Maria Lisboa «o futuro é tão antigo como o passado e ao caminharmos para o futuro é o passado que conquistamos». Trata-se ainda, em alguns aspectos, de conquistar o passado. Hoje, ainda hoje, andamos a conquistar parte de um passado que nos pertence.

Para dar continuidade a este processo de conquista são necessários muitos e bons professores. E a boa formação não é aquela que, a pretexto do discurso científico, vira as costas à realidade, mas antes aquela que procura soluções (também científicas...) para os problemas que a profissão coloca, é a que desenvolve capacidades individuais e colectivas para superar os obstáculos que entravam o desenvolvimento da Educação Física.

A formação inicial não esgota nem substitui a formação contínua, mas tanto pode castrar como promover o desenvolvimento das competências profissionais que necessariamente terão que ser aperfeiçoadas ao longo da vida, tanto pode desmotivar como pode entusiasmar o interesse pela profissão. Não é uma varinha mágica que tudo resolve, mas é inquestionavelmente o berço da construção das competências e da identidade profissional, servindo ao mesmo tempo como um mediador importante na formação para a mudança. A deficiente formação fragiliza a Educação Física e favorece a regressão. Não é concerteza a única variável a influenciar o processo, mas presta um papel determinante no desenvolvimento da Educação Física.

Trazendo à memória aquilo que foi o percurso da formação inicial de professores de Educação Física em Portugal, em termos sintéticos, diremos que podemos distinguir três grandes ciclos. Porém, cada um dos ciclos deve ser lido como um conjunto de traços predominantes, não totalmente isento dos traços dos outros.

1.º ciclo — Constitucionalismo (1911-1974)

O primeiro ciclo designamos por Constitucionalismo por corresponder ao momento em que se dá a génese da institucionalização da forma-

ção de professores de Educação Física em Portugal. Representa a fundação, o momento em que Portugal acordou e arrancou definitivamente à procura de uma solução para um problema social que já tinha sido declarado. No entanto, distinguimos neste ciclo três fases:

1.^a fase — Abrange o período que vai da instauração da 1.^a República até à criação do INEF. Integram-se nesta fase os primeiros projectos e experiências realizadas com o intuito de encontrar a solução adequada para o problema que se colocava — formar professores de Educação Física em Portugal.

É uma fase ainda rudimentar mas extremamente interessante pela riqueza das ideias que na altura já se defendiam. No entanto, esta fase é um pouco conturbada e instável. Muitos dos projectos ficaram na gaveta. A exemplo disso temos:

- As Escolas Normais Superiores de Coimbra e Lisboa, criadas pela I República, para funcionarem em anexo às Universidades;
- O projecto do Ministro da Instrução Pública, João José da Conceição Camoesa, que pretendia criar as Faculdades de Ciências da Educação integradas na Universidade, onde estava prevista a formação de professores e instrutores de Educação Física;
- A proposta da Comissão Superior de Educação Física do Exército, que tencionava transformar a sua Escola de Educação Física do Exército num estabelecimento vocacionado para formar professores, não só militar mas também civil.

Por outro lado, a formação de professores de Educação Física realizada nesta altura teve uma duração precária, como é o caso dos seguintes cursos:

- O curso Normal de Educação Física que viria a ser integrado na Escola Normal Superior;
- O curso da Escola Superior de Educação Física da Sociedade de Geografia;
- A Escola de Ciências Pedagógicas, que substituiu as Escolas Normais Superiores onde era ministrado o Curso Normal de Educação Física.

Nesta primeira fase, a formação de professores baseia-se no *sistema E*, que significa:

E de ENSAIO — Porque se trata ainda de experimentar, apreciar e verificar o que melhor se ajusta à formação de professores de Educação Física em Portugal.

2.^a fase — Vem na sequência dos acontecimentos anteriores, iniciando-se com a criação do INEF (1940) e prolongando-se até finais da década de 50 (1957). É um mesclado da patente militar, médica e reveste-se inicialmente numa concepção anti-desporto. O problema da raça estava em causa, procurando-se na doutrina de Ling a salvação para o problema.

Distingue-se da fase anterior porque se dá a consolidação efectiva da formação de professores com a criação do INEF. Nesta fase, a formação de professores assenta numa matriz única (Educação Física), embora bifurcada e hierarquizada (Professores e Instrutores), hermética e doutrinária (Ling), evoluindo pouco ao longo do tempo.

Muito embora esta fase integre duas décadas, é de assinalar que a década de 50 tem características diferentes da de 40. A primeira é muito mais hermética, começando-se a verificar alguma instabilidade e necessidades de mudança logo a partir do início dos anos 50. As alterações curriculares que ocorreram a título experimental em 53/56 concretizaram-se no plano legal em 1957. Diremos que esta década (a de 50) é um período de transição que prepara a entrada nos conturbados anos 60.

Em síntese, neste fase a formação de professores baseia-se no *sistema M*, que significa principalmente duas coisas:

M DE MONOLÍTICO — Porque se fundamenta no valor supremo da doutrina, seguindo-se, por consequência, a uniformidade, hierarquia, rigidez e obediência.

M DE MONÁSTICO — Porque é tratada marginalmente pela política educativa; porque se baseia num esquema doutrinário, ao qual se pede convicção e fidelidade absoluta e também porque projecta a ideia que a formação de professores de Educação Física é um problema a resolver num local isolado de tudo e de todos, à imagem do criado retiro esotérico da Cruz Quebrada.

3.^a fase — Coincide com os finais dos anos 50 (1957) e estende-se até ao 25 de Abril de 1974. A alteração efectiva dos planos curriculares trouxe uma mudança significativa com a abertura ao Desporto e também à Dança..

Com o início deste processo de abertura, observou-se um grande dinamismo durante os anos 60. É o tempo do Fundo Fomento do Desporto e da afirmação do Desporto. É sobretudo de assinalar que durante os anos sessenta se desenvolve um movimento que se projecta pelos anos setenta, e que é marcado pela acesa e apaixonada discussão dos ISMOS da Educação Física — Psicologismo, Pedagogismo, Desportivismo, Expressionismo..., tendo culminado numa mudança curricular já nos princípios dos anos 70.

É também durante os anos 60 que o Curso de Instrutores é efectivamente implementado como forma de dar resposta à insuficiência de

professores. Acende-se a polémica entre os Professores e os Instrutores, pois a diferença estatutária reflectia-se negativamente no terreno da prática profissional. Como consequência, ergueu-se uma barreira entre a classe profissional.

Resumindo, diremos que a formação de professores nesta fase se baseia no *sistema I*, que significa:

I de ISMO — Porque representa o momento alto da discussão e confronto entre os Ismos da Educação Física.

I de INEF e de INSTRUTOR — Porque corresponde a um momento muito particular que se viveu entre os profissionais, tendo correspondido a um distanciamento social provocado pela divisão e hierarquia verificada entre os diplomados pelos INEF'S e os pelas Escolas de Instrutores de Educação Física.

2.º ciclo — *Renascimento (1974-1986)*

Designamos este ciclo por Renascimento (no sentido de movimento de potencialização) da Educação Física. Fluxo da Educação Física por corresponder inteiramente às aspirações da classe profissional. Assiste-se a um novo impulso na renovação científica. A contestação, o descontentamento e as reivindicações que vinham do final do antigo regime beneficiou com a dinâmica política e com o novo enquadramento provocado pela mudança social, registando-se um salto qualitativo considerável.

O contexto de mudança saído do 25 de Abril de 1974, foi a pedra de toque para se assinalar a qualificação da formação. A criação de novas instituições do ensino superior integradas na universidade, a extinção e reconversão dos antigos cursos (EIEF/INEF), corespondeu inteiramente à grande aspiração do sentir colectivo.

Em síntese, neste ciclo a formação de professores baseia-se no *sistema R*, que significa principalmente duas coisas:

R de REVALORIZAÇÃO — Porque se verifica a renovação, o renascer, o relançamento e a reafirmação da ideia de Educação Física;

R de RECONCILIAÇÃO — Porque se extingue a diferenciação de estatutos entre os professores de Educação Física, promovendo-se a integração de todos na mesma via de formação. Corresponde inteiramente a um tempo de convergência.

3.º ciclo — *Revisionismo (1986...)*

Designamos este ciclo por Revisionismo (refluxo da Educação Física) porque os princípios organizativos que regulavam a formação de pro-

fessores de Educação Física foram totalmente revistos. Nesta fase verifica-se uma orientação que vem pôr em causa o que tinha sido conseguido à custa de uma luta encetada durante várias décadas pelos professores de Educação Física. Representa uma regressão ao que vinha sendo praticado, pois a formação dos professores deixa de sêr uma competência exclusiva das uniwersidades. Por outro lado, a ideia de Educação Física é questionada, confundida, deturpada e difamada.

Em síntese, neste ciclo, a formação de professores baseia-se no *sistema P*, que significa principalmente duas coisas:

P de PULVERIZOMANIA — Porque a arquitectura do sistema de formação se fundamenta na ideia maníaca de criar tantos cursos quantos os apetites e interesses particulares. Sem considerar as necessidades do país nem os requisitos que deve obedecer a formação em Educação Física, parece ter-se instalado uma ideia obsessiva que se expressa na multiplicação exagerada dos cursos.

P de PARALISIA — Porque este processo institucionalizou os 3 *D's*, que podem servir de catalisadores mortais da Educação Física. Temos assim:

D de DIVERSIDADE — Porque alicerçada na incoerência, na contradição de princípios, promove a difusão de uma onda de confusão e conseqüente processo de decomposição.

Nos dias que correm, a licenciatura em Educação Física pode ser obtida mediante a frequência de cursos, cuja duração varia de um a cinco anos. Mas a diversidade não se faz só sentir quanto ao tempo. Os currículos de formação são díspares e muito pouco abonatórios em relação ao que deve ser a formação em Educação Física;

D de DISCRIMINAÇÃO — Porque recupera a ideia de má memória, dos estatutos diferenciados entre os professores. Nos dias que correm verifica-se novamente a indesejável discriminação, dado que a obtenção do diploma é adquirida em instituições com diferentes estatutos académicos;

D de DESAGREGAÇÃO — Porque não existe um pensar, um sentir, um agir que sirva de referência e de força aglutinadora, geram-se discursos contraditórios que só servem para alimentar o desentendimento e o afastamento entre os professores. Por não existir um quadro de referência comum, que sirva de agente mobilizador, e também porque o actual modelo empurra para sentimentos de superioridade e inferioridade, produz-se uma lamentável desunião e afastamento entre os profissionais de Educação Física.

Tendo como pano de fundo este cenário, a pergunta que se coloca é: Que fazer?

Relativamente a esta interrogação, temos duas atitudes:

- 1.^a Agir em conformidade com as directivas estabelecidas. Aceitar passiva e alegremente o que está institucionalizado, livrando-se de correr o risco de ser considerado um corporativista;
- 2.^a Despoletar um debate sério e saudável com todos os intervenientes no processo, por forma a salvar o que ainda é possível.

A resposta parece óbvia. Mais do que nunca é necessário pôr uma certa ordem no caos, na desintegração que ameaça fortemente a Educação Física.

É fundamental investir na UNIDADE entre os cursos de formação de professores de Educação Física. Quando falamos em UNIDADE estamos a referir a necessidade de se estabelecer um plano de COERÊNCIA e não de STANDARDIZAÇÃO, estamos a querer referir a UNIDADE que deve existir na DIVERSIDADE.

Não defendemos um modelo de formação de professores baseado na UNIFORMIZAÇÃO, onde tudo fica à partida pré-determinado, sem deixar qualquer espaço de manobra às instituições de formação. Isto representaria um enclausuramento institucional com o respectivo aniquilamento do desenvolvimento das capacidades criadoras.

Quere-nos parecer que o problema não se resolve do ponto de vista estrito da ORDEM, embora admitamos que é necessário uma certa dose de ORDEM.

Um sistema de formação extremamente rígido, seria um atentado à INOVAÇÃO. Por outro lado, um sistema como o que temos actualmente, ou seja, excesso de desordem, é por sua vez incapaz de produzir uma coerência de acção conjunta para o desempenho de uma mesma profissão.

É necessário não esquecer que ser professor é fazer parte de um projecto colectivo. Quer se queira ou não, cada um está vinculado e dependente do trabalho dos outros. O desenvolvimento e o prestígio da profissão não é uma doação. Pelo contrário, resulta da construção que os seus profissionais souberem ou não fazer.

Mesmo até as próprias instituições de formação não podem ficar indiferentes ao contágio dos problemas que o desempenho profissional levanta. Não é abrigoando-se na neutralidade do campo científico que se podem escudar das influências exteriores e legitimar uma posição autista. Ainda que gozem do estatuto de autonomia, a liberdade concedida, por um acto de consciência, deve ser gerida com responsabilidade.

A formação de professores não pode ser produzida na base de um exercício abstracto que decorre em consequência de uma ciência pura, perfeitamente isolada das implicações sócio-profissionais. Por isso muitos consideram completamente descabido as associações de professores emitirem opiniões sobre assuntos que não são da sua competência. Se a

formação ministrada nas instituições de formação tem implicações profissionais, é compreensível que os que se encontrem no terreno da prática profissional manifestem preocupações com o que estas produzem.

Se é que existe formação científica que não pode ser totalmente isolada da realidade social em que decorre o desempenho profissional é, entre elas, precisamente, a da formação de professores. É o social que dá sentido à formação científica, é ele que dita o critério de utilidade, é ele que serve de prova final.

Formar professores implica necessária e implicitamente uma preparação para aquilo que se vai fazer no futuro. Formar no vazio, independentemente dos problemas que as condições do exercício profissional coloca, é uma opção que deliberadamente só pode estar interessada em prejudicar e degradar a qualidade do ensino.

Enquanto se continuar a pensar que as instituições de formação têm legitimidade para fazer o que bem entenderem, desprezando completamente o impacto na profissão, ficamos bloqueados pela «birra» institucional. É certo que as instituições se têm que reger por princípios de inovação e de autonomia, mas tal não pode significar a renúncia ao diálogo.

Muito do futuro se joga aqui neste momento. Estamos em crer que o debate entre os profissionais e os responsáveis políticos pode contribuir para o exorcizar a confusão que tem dominado o nosso cenário formativo.

Esperemos que ainda estejamos a tempo de nos encontrarmos.

Bibliografia

- CRESPO, Jorge (1976). «A Formação dos Professores de Educação Física. Alguns dados Históricos», in *Ludens*, vol. 1, n.º 1, Out., ISEFL, pp. 29-36.
- CRESPO, Jorge (1977). «História da Educação Física em Portugal. Os antecedentes da criação do INEF», in *Ludens*, vol. 2, n.º 1, Out., ISEFL, pp. 45-52.
- CRESPO, Jorge (1978). «As Instituições de Educação Física e Desportos e a Ideologia em Portugal, no Período de 1926 a 1942», in *Ludens*, vol. 2, n.º 3, Abril, ISEFL, pp. 51-54.
- CRESPO, Jorge (1981). «Intervenção nas comemorações da formatura dos primeiros licenciados pelo ISEF», in *Ludens*, vol. 5, n.º 2, Jan./Mar. ISEFL, pp. vi-x.
- BRÁS, José; DINIZ, José; MIRA, Jorge e SANTOS, Inácia (1988). *A Formação de Professores de Educação Física. Trabalho realizado no âmbito das cadeiras de Formação de Professores e Análise Intitucional do Curso de Mestrado em Ciências da Educação — Metodologia da Educação Física* (não publicado).
- BRÁS, José (1994). «A especialidade de Educação Física: vírus e mutações na formação», in *Horizonte*, vol. xi, n.º 61, Maio/Junho, pp. 14-18.